

Da história das ideias à história social das ideias: entre a renovação epistemológica e a prática historiográfica

Gustavo Rodrigues Mesquita *

Resumo: O artigo examina o processo de renovação epistemológica da história das ideias considerada como abordagem especializada nos problemas ontológicos e epistêmicos das ideias-unidade, sucedido na França e na Alemanha durante a eclosão do movimento dos *Annales* a partir dos anos 1930, concomitantemente à insurgência de uma nova abordagem metodológica adaptada ao domínio das ciências sociais, e que foi designada por seu fundador, Karl Mannheim, de sociologia do conhecimento. Pode-se inferir que ambas as abordagens – que eram contemporâneas entre si –, embora conservassem algumas particularidades quanto ao método de análise e de explicação, resultaram de um duradouro movimento de crítica epistemológica cujo escopo incidiu, sobretudo, na tradicional história das ideias praticada à maneira de Arthur Lovejoy. Ocorre, portanto, uma mudança na base heurística da metodologia de investigação histórica: da teoria ontológica das ideias à teoria sociológica das ideologias, não mais perscrutando o conhecimento filosófico produzido por pensadores isolados, mas as funções que o pensamento desempenha nos rumos da sociedade.

Palavras-chave: Tradições historiográficas; História das ideias; Epistemologia

Abstract: The paper examines the process of epistemological renewal of the history of ideas considered as an approach specialized in the ontological and epistemic problems of unit-ideas, succeeded in France and Germany during the *Annales* movement in the early 1930s, concomitantly to the insurgence of a new methodological approach adapted to the Social Sciences field, which was designated by its founder, Karl Mannheim, of sociology of knowledge. It can be inferred that both approaches – which were contemporaneous among each other – although had conserved some particularities regarding the method of analyses and explanation, resulted from a lasting movement of epistemological criticism whose scope focused, above all, the traditional history of ideas practiced into Arthur Lovejoy's manner. Occurs, therefore, a change in the heuristic basis of the historical investigation methodology: from the ontological theory of ideas to the sociological theory of ideologies, no more analyzing the philosophical knowledge produced by isolated thinkers, but the functions that the thought plays in the ways of society.

Keywords: Historiographic traditions; History of ideas; Epistemology

A mudança do foco de interesse e observação no campo da historiografia das ideias, que começa a prescindir do aspecto transcendental intrínseco às ideias filosóficas produzidas por sujeitos pensantes, isto é, a elite intelectual, para assumir o objetivo heurístico de demonstrar a real dependência desses mesmos sujeitos e dos resultados de suas ilações a uma dimensão mundana da existência coletiva no tempo e no espaço – o contexto ou realidade

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Bolsista do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (CICEF).

social – encontrou o ápice de sua força já mesmo no curso dos anos 1930, ao contrário do que comumente se considera pela bibliografia elencada, sobretudo pela análise de Robert Nisbet (1981).

Partindo do método da historicização do debate em torno do problema da dicotomia existente entre os tipos de discurso filosófico e as demandas materiais que a realidade social suscita, pode-se perceber, claramente, que a fonte de origem dessa dicotomia repousa nas características fundamentais do programa científico oriundo de uma matriz intelectual que, posteriormente, servirá como a base de orientação das diretrizes de crítica epistemológica operada pelos historiadores *annalistes* contra a perspectiva de análise da história das ideias. Trata-se, pois, da tradição sociológica de matriz durkheimiana, cuja obra canônica, “As regras do método sociológico”, publicada em primeira edição no ano de 1895, se consagrará ao longo das décadas seguintes como o ponto de referência fundamental para a reforma científicante das partes constitutivas do campo historiográfico como um todo.

Sendo assim, o diagnóstico das características elementares do contexto de emergência da história social das ideias, bem como de seus objetos de estudo e procedimentos de análise, exige, primeiramente, breves considerações de síntese relativamente à epistemologia das ciências sociais concebida por Émile Durkheim, para que, posteriormente, se esteja em condições de efetuar a confrontação de argumentos técnicos entre Lovejoy e os expoentes da primeira geração da escola dos *Annales*, notadamente, Marc Bloch e Lucien Febvre. Por último, pretende-se estabelecer comparações entre a perspectiva marxista teorizada por Lucien Goldmann e a perspectiva cognitiva teorizada por Karl Mannheim para se alcançar uma conclusão acerca dos princípios de natureza teórica e metodológica da história social das ideias.

Introdução ao estudo da história das ideias

Francisco Falcon (1997) explica que a concepção teórica originária do campo da história das ideias remonta ao movimento do historicismo alemão do século XIX. Originalmente, esta concepção estava centrada no aspecto fenomenológico da criação intelectual, expressando a transcendência e a autonomia das ideias dela resultantes relativamente às intenções de seu portador. Segundo tal concepção, as ideias resultariam de sua própria essência que, por seu turno, evoluiria de forma dependente apenas do curso da experiência temporal progressista, porém não da intenção pragmática do indivíduo, seu

criador. Sendo assim, a concepção fenomenológica da história das ideias estava em busca do “espírito do tempo” radicado em determinada “cultura intelectual”.

A inflexão da ênfase fenomenológica para a ênfase ontológica na abordagem dos temas e problemas de história das ideias ocorreu somente a partir de 1936, quando Arthur Lovejoy publica “The great chain of being”, obra que é considerada pelos contemporâneos como crucial para a redefinição de seus paradigmas e fundamentos teóricos. Não obstante a este movimento, a abordagem metodológica do novo campo é modificada por completo, passando a empreender análises do ponto de vista interno aos sistemas de pensamento individuais, e que pudessem ser comparados mediante a observação de seus elementos singulares internos que, a um só tempo, os particularizam e os unificam na forma de ideias-unidade. Para sintetizar o programa científico de Lovejoy principalmente no que concerne o fundamento das ideias-unidade, convém citar uma parte do argumento do próprio autor, que diz:

Ao lidar com a história das doutrinas filosóficas, por exemplo, a história das idéias interfere nos rígidos sistemas individuais e, para seus próprios propósitos, desmembra-os em seus elementos componentes, naquilo que pode ser chamado de idéias-unidade. O corpo total da doutrina de qualquer filósofo ou escola filosófica é quase sempre um agregado complexo e heterogêneo [...] Esse corpo não é só um composto, mas também um composto instável, embora, era após era, cada novo filósofo geralmente se esqueça dessa melancólica verdade.¹

A um campo da historiografia assim concebido interessa o estudo da rede de influências de determinada doutrina filosófica comparativamente a outra. Ou seja, o esforço consiste em compreender como novas crenças, significados e sistemas de ideias são apresentados e difundidos por escolas interligadas de intelectuais capacitados à indagação filosófica, de modo a concluir acerca das influências de suas ideias-unidade neste processo cognitivo do ser. Nesse sentido, Lovejoy reitera a assertiva de que a história das ideias “está especialmente interessada nos processos pelos quais a influência passa de um campo a outro.”

² Para tanto, o campo privilegia a modalidade de sistemas complexos de ideias pertencentes aos domínios da literatura e da filosofia que sejam conservados pela tradição do pensamento ocidental e que mantenham a característica fundamental da originalidade de seu discurso e/ou de sua linguagem.

¹ LOVEJOY, Arthur. Introdução: o estudo da história das idéias. In: _____. *A grande cadeia do ser: o estudo da história de uma idéia*. São Paulo: Palíndromo, 2005, p. 13.

² *Idem*, p. 25

Lovejoy também prima pela postulação de metodologias específicas ao campo historiográfico que concebe. Em primeiro lugar, deve-se efetuar a classificação dos materiais com os quais se investiga as influências. Há vários tipos de ideias derivadas da criação intelectual que influem na configuração ontológica do “ser”, sendo alguns deles: a) tipo de ideia que influi na imaginação; b) tipo de ideia que influi na emoção (ou *pathos*); c) tipo de ideia que influi no comportamento individual; d) tipo de ideia que influi no conhecimento racional.

A busca pela influência que transita de um campo a outro se complementa mediante a técnica da filologia histórica, ao desenvolver um estudo da frequência do uso de palavras ou conceitos em cada movimento intelectual que corresponde a um período de tempo determinado. É o desenvolvimento de análises que focalizam as relações entre pensamentos individuais ou doutrinários o que organiza a concepção teórica da história das ideias no sentido tradicional. Portanto, será “nos ingredientes comuns lógicos ou pseudológicos ou afetivos por trás das dissimilaridades de superfície que o historiador de ideias individuais procurará penetrar.”³

Compreender as características da matriz intelectual que orientou a formação da história social contribuirá para a compreensão do sentido da transformação da história das ideias.

O paradigma da objetividade e o fundamento da história social

Durkheim, em seus escritos, indicava a explicação objetiva dos fatos sociais ao tratá-los como coisas. Este tratamento objetivo serviria para dirimir qualquer resíduo de motivação ideológica oriunda de dada doutrina filosófica no grande conjunto da pesquisa científica.⁴ De modo que E. Durkheim rejeita, enfaticamente, a técnica do *insight* (ou introspecção) meramente especulativa e amplamente subjetiva, o que para ele, se fosse conservada como método, permitira a ideologização filosófica no seio da prática de explicação dos fenômenos sociais.

³ *Ibid.*, p. 14.

⁴ Observe-se que seu entendimento do conceito de ideologia ocorre no sentido metafóricamente pejorativo, isto é, tratar-se-ia de uma “cortina de fumaça” que interfere no investigador de modo a deformar sua compreensão da realidade. De outro modo, pode-se perceber que há nesse entendimento um peso valorativo que reduz consideravelmente os significados do conceito de ideologia ao ponto de vista teórico disponível aos interesses do autor.

Certamente, seu projeto de ciência social busca não dar margem às contingências ou subjetividades que possam emanar das pré-noções disponíveis à “retórica do olhar pessoal”. Sendo assim, conclui-se que o projeto de Durkheim escapa ao problema hermenêutico da verdade em consonância com a natureza discursiva das diversas modalidades de texto descritivo que podem ser escritas pelos cientistas sociais em sua generalidade. Identifica-se, ademais, em seu projeto, a separação absoluta entre aparência e essência na busca pela verdade científica.

Uma ciência assim constituída não pode satisfazer senão os espíritos que preferem pensar com a sensibilidade e não com o entendimento, que preferem as sínteses imediatas e confusas da sensação às análises pacientes e luminosas da razão. Pode-se então acreditar que, perseguido de ciência em ciência, tal preconceito acabará por desaparecer da própria sociologia, seu último refúgio, para deixar o terreno livre ao cientista.⁵

Ao constatar a sobrevivência do relativismo que poderia se resvalar facilmente para a indefinição das regras de objetividade, do controle metódico e da explicação dos objetos reais da ciência social emergente – o que permitiria, portanto, a construção de “falsas afirmações” acerca dos fenômenos complexos da vida social –, o autor postula as regras de análise empírica dos fatos de sociabilidade humana, as quais sustentavam, indubitavelmente, a pretensão de validade universal. Nesse sentido, toda metodologia investigativa deveria operar de acordo com as seguintes prerrogativas básicas: a) Toda descoberta nova abala em grau maior ou menor as opiniões anteriormente formadas em torno do mesmo problema que está em questão; b) O progresso da pesquisa gera uma unidade orgânica de verdades que são mutáveis de acordo com seus estágios investigativos determinados; c) Esta unidade orgânica garante a produção de sentido na explicação objetiva dos fenômenos sociais.

Note-se que a lógica de seu pensamento obedece ao ponto de vista empirista e, por conseguinte, sistematiza o estudo crítico apenas das “realidades que possam ser apontadas com o dedo”.⁶ Isto significa que os fatos sociais considerados como suscetíveis de análise empírica são apenas aqueles que possam ser submetidos ao controle metódico sob a perspectiva da sociologia. Desse modo, temos que os princípios estruturantes de seu programa científico consistem em:

⁵ DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 9ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978, p. 29.

⁶ *Idem*, p. 20.

1. *Classificação*: considerar os fatos sociais como coisas que são exteriores ao arbítrio do indivíduo, o que significa abordá-los “na qualidade de *data* que constituem o ponto de partida de toda ciência”.⁷
2. *Delimitação*: delimitar o objeto com precisão, o que é uma condição *sine qua non* para a investigação científica, incluindo as etapas de verificação e comprovação dos objetos da realidade social.
3. *Explicitação*: especulações abstratas não constituem ciência. Ao contrário, deve-se pensar a partir de categorias cuja utilização seja explícita e que efetive a regularidade da explicação.
4. *Controle*: observar os indícios exteriores ao fenômeno para distingui-lo dos demais fenômenos por meio de suas características aparentes e essenciais.
5. *Causalidade*: estabelecer relações de causa e efeito que expliquem o fenômeno. Uma causa correlaciona-se a outra, sendo que ambas não diferem muito do outro grupo de causas, pois “só se distinguem ou em grau, ou porque não agem no mesmo conjunto de circunstâncias”.⁸
6. *Métodos*: proceder à análise dos fenômenos a partir dos métodos comparativo, dedutivo e probabilístico. Para “empregar o método comparativo de maneira científica”⁹, deve-se compreender que um mesmo *efeito* corresponde sempre a uma mesma *causa*. Nesse sentido, a observação das *variações concomitantes* ocorridas enquanto fenômenos da realidade social é o método adequado à investigação sociológica.

Com esta súpula dos princípios estruturantes do programa durkheimiano de pesquisa social, torna-se claramente perceptível que há a primazia do princípio sincrônico sob o princípio diacrônico nas etapas interdependentes de compreensão e explicação dos fenômenos sociais. Ou seja, Durkheim fundava a especialidade da ciência social sob um paradigma em vigor que lhe era contemporâneo: a objetividade da análise empírica sincrônica. A esse respeito, o autor argumenta que “não se pode explicar um fato social de alguma complexidade senão sob a condição de seguir-lhe o desenvolvimento integral através de todas as espécies sociais”.¹⁰ A utilidade da sincronia resultava de seu valor explicativo, ao considerar os

⁷ *Ibidem*, p. 24 (grifo do autor).

⁸ *Ibid.*, p. 35.

⁹ *Ibid.*, p. 112.

¹⁰ *Ibid.*, p. 121.

processos que se comparam dentro do mesmo período de desenvolvimento. Nesse sentido, a desconsideração do tempo histórico apresentava-se ao autor como o meio propício de fundar suas regras universais de objetividade, de modo à coisificar os fatos de sociabilidade humana para seu devido controle. No entanto, antes de prosseguirmos para o próximo tópico, o que significa essa categoria de fato social?

A categoria estruturante: que é o fato social?

Para Durkheim, a vida social não se forma com base no desenvolvimento lógico-linear de conceitos ideais. Ao contrário, confluem em suas temporalidades diferentes representações que operam tanto ao nível do indivíduo quanto ao nível dos agentes coletivos. Mais ainda, o ser humano não se expressa por meio de sua transcendência ao espaço físico-social, pois, se o fizesse, este se identificaria como uma entidade “abstrata” e “imutável” que se forma na base metafísica do devir histórico. Portanto, a categoria de fato social consiste, de modo geral, na teoria da gregaridade humana, isto é, a formação da consciência do indivíduo no alicerce de uma sociedade, o que determina os valores intrínsecos à ação humana.

Especificamente, tal categoria explicativa significa o conjunto de fenômenos com características nítidas que agem externamente aos indivíduos. São modos de agir, de pensar e de sentir que se reproduzem socialmente de maneira exterior à consciência individual. Constitui característica geral dos fatos sociais a concentração de poder imperativo e/ou coercitivo visando à efetivação da organização normal dos grupos que constituem toda a extensão de uma sociedade. Este poder coercitivo, por sua vez, guarda a particularidade de se manifestar de forma dupla e com gradação oscilante: ora por processo consciente e mais evidente, ora por processo inconsciente e menos evidente. Para exemplificá-los, cite-se a “tradição”, a “educação” e a “legislação”, cuja finalidade é a reprodução ordenada/normal da multiplicidade dos comportamentos individuais. Dessa forma, qualquer tentativa de transgressão aos fatos sociais normais por parte de um indivíduo, estando ou não na presença do grupo com o qual se identifica, sofrerá sanções de natureza diversa, seja a reação violenta de grupos diferentes, seja a penalização imposta mediante dispositivo instrumental previsto em lei. É, portanto, na relação de tensão entre o indivíduo e a sociedade que se define o fato social. Ou, em outros termos, na fronteira entre a experiência do agir e a experiência do sofrer as pressões sociais.

Como [os partidários do individualismo absoluto] professam que o indivíduo é inteiramente autônomo, parece-lhes que o diminuímos todas as vezes que fazemos sentir que não depende apenas de si próprio. Porém, já que hoje se considera incontestável que a maioria de nossas idéias e tendências não são elaboradas por nós mesmos, mas nos vêm de fora, conclui-se que não podem penetrar em nós senão através de um imposição; eis todo o significado de nossa definição.¹¹

Eliminando o significado transcendental da noção de ideia enquanto representação das coisas oriundas do mundo real no passado e no presente, Durkheim postulava um novo sentido para o processo de entendimento lógico do mundo das ideias, a saber, sua utilidade no contexto maior das demandas sociais existentes em determinado tempo e espaço. A categoria de fato social acompanha esta redistribuição do conhecimento sociológico ao ser incorporada apenas no plano das ideias que sejam aplicáveis à realidade objetiva das coisas. Com efeito, o mundo real das ideias significará, para Durkheim, a representação das coisas sociais cuja natureza reside na experiência humana de caráter objetivo. Do mesmo modo, a ciência explicativa das coisas sociais se define segundo três critérios que são adequados às demandas sociais: 1º) Relevância; 2º) Pertinência; 3º) Utilidade. Assim, “consciência”, “coletividade”, “contrato” e “Estado” constituem exemplos do que se designa de coisas sociais sendo objetivamente representadas e realizadas por ideias imanentes aos indivíduos.

As necessidades [vitais] que a reflexão científica é chamada a alimentar são sempre urgentes e, por conseguinte, exercem pressão para que tal reflexão se realize; reclamam remédios e não explicações [...] Com efeito, as coisas sociais só se realizam através dos homens; são um produto da atividade humana. Não parecem, pois, constituir outra coisa senão a realização de idéias, inatas ou não, que trazemos em nós; não passam da aplicação dessas idéias às diversas circunstâncias que acompanham as relações dos homens entre si.¹²

Cumprir notar que, ao afastar a disciplina sociológica que emergia no final do século XIX de todo e qualquer resíduo de doutrina filosófica “ideologizante”, Durkheim abria espaço para a construção de um novo paradigma que foi introduzido no campo das ciências sociais: o funcionalismo, que era desenvolvido mediante a sistematização da objetividade científica. Nesse sentido, pode-se concluir que seu discurso privilegia o aspecto funcional do conhecimento, de modo que aponta para a real necessidade de se efetivar a correlação ente o órgão e a função no contexto, isto é, a função desempenhada pelo intelectual na sociedade, de modo a lhe proporcionar organicidade e desenvolvimento. Afinal, não será este um postulado teórico da ciência histórica pensada pelos historiadores *annalistes*?

¹¹ *Ibid.*, p. 3.

¹² *Ibid.*, p. 15-16.

A anexação dos princípios: da matriz durkheimiana ao movimento dos *Annales*

Marc Bloch, juntamente com os outros historiadores que integravam sua escola, retoma os princípios estruturantes do projeto científico de Durkheim e aprofunda seu programa sociológico ao aplicar-lhe o método histórico. O aprofundamento da matriz durkheimiana com detalhes significativos do ponto de vista metodológico ocorreu, além de outros escritos, na obra capital do movimento revitalizador da historiografia, a saber, “Apologia da história, ou ofício de historiador”. Desse modo, a partir dos anos 1930 a expectativa da fundação de uma ciência crítica da história se realizará sob um conjunto de textos teórico-diretivos que visavam sua consolidação no campo científico, e que se referiam, sobretudo, à orientação do *modus operandi* da nova historiografia que se praticava nos espaços institucionais de pesquisa em comum nos países europeus. Resultou desse conjunto de ideias e intenções práticas a fundação da história social – abordagem que guarda de modo subjacente a sua gênese ou fundamento uma série de críticas epistemológicas acerca da natureza “contraproducente”, porque ontológica, dos estudos empreendidos no tradicional campo da história das ideias majoritariamente filosóficas, sendo consideradas, por conseguinte, como “abstratas”, “desencarnadas” e “estéreis” do ponto de vista dos usos sociais do conhecimento científico.

Em seu ensaio póstumo, Bloch ocupa-se em responder com objetividade a diversos problemas que se referiam à prática da ciência histórica em fase de reestruturação, tais como: a) a inteligibilidade do conhecimento histórico; b) a verossimilhança da representação do passado; c) a racionalidade necessária ao método crítico; d) as imperfeições do documento arquivado; e) os procedimentos de interrogação crítica do testemunho; f) a estética da linguagem científica; g) a corrupção dos juízos de valor suscetível ao entendimento do historiador, etc.

Diante dessa abundância de problemas epistêmicos, o que importa analisar com maior precisão reside na comparação entre o contexto de emergência da história social, a utilização do programa sociológico de Durkheim por M. Bloch e a operacionalização da crítica por Lucien Febvre contra o fundamento das ideias-unidade desenvolvido por Arthur Lovejoy. De modo que, para tanto, convém principiar o referido debate intelectual por meio da perspectiva de justificação fundante da nova abordagem metodológica dos historiadores *annalistes*.

Hebe de Castro (1997) constata que a emergência da história social é justificada como o resultado do esforço cooperado de renovação epistemológica do campo científico, estabelecendo uma nova abordagem metodológica que busca problematizar a relação entre “estrutura” e “agência” ou, em outros termos, entre a “longa duração” e o “acontecimento”. A justificativa fundante da história social implicou a formação da expectativa – que de modo geral foi realizada – em torno da produção da síntese histórica explicativa do sentido das formações socioeconômicas no limite dos espaços nacionais. Assim, Bloch aplicava o método da temporalização diacrônica no princípio de causa e efeito de Durkheim, quando infere que “o historiador nunca sai do tempo. Mas, por uma oscilação necessária, [...] ele considera ora as grandes ondas de fenômenos aparentados que atravessam, longitudinalmente, a duração, ora o momento humano em que essas correntes se apertam no nó poderoso das consciências.”¹³

A abordagem emergente nos anos 1930 efetuou uma inversão radical de seus objetos de análise empírica, que se deslocaram do espaço público cujos agentes limitavam-se aos representantes da política internacional (por exemplo: monarcas, militares, ministros, diplomatas, chefes de Estado e etc.) para o espaço privado com a multiplicidade de sujeitos históricos, de modo a perscrutar tanto a estratificação das classes sociais inserida no tempo histórico quanto à conformação das categorias profissionais mediante a divisão social do trabalho, bem como a construção histórica da cidadania, dos direitos e dos sistemas políticos de governo. Mais ainda, ao ampliar sua escala de observação em torno do conceito de “instituição”, a história social privilegiava a análise empírica dos processos históricos que foram condicionados pela temporalidade da longa duração, ao se valer, basicamente, do método de interrogação crítica do testemunho. Ou seja, os historiadores visavam à síntese na explicação ao mirar o referente do “real”, o que certamente se realizava por meio da contínua escrita da história.

Ademais, Hebe de Castro afirma que a história social consolidou-se como um tipo de abordagem cuja trajetória ficou marcada pelo crescente aperfeiçoamento dos métodos quantitativos, seriais e comparativos na prática de interpretação das fontes documentais, o que resultou, efetivamente, numa excessiva confiança quanto à proficuidade de tais métodos. A quantificação, em especial, apresentava-se como método alternativo e eficaz aos historiadores sociais, oriundos sobretudo da recente tradição francesa, que estavam interessados em compreender os fatos de mentalidade coletiva.

¹³ BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 135.

Nessa direção, ainda segundo a autora, conclui-se que o traço distintivo desta nova abordagem reside na existência da equidistância entre os fenômenos puramente individuais e os fenômenos essencialmente coletivos, ao passo que a “ação social se constituiria em seu principal objeto”. Desse modo, a história social foi concebida como abordagem para se especializar nos problemas suscitados pela ação coletiva em consonância com a comunidade de experiência das diferentes gerações e/ou classes sociais, estando assentadas na base socioeconômica (posição na escala social) e na base cultural (mentalidade coletiva). Nesse particular, M. Bloch reitera a anexação dos princípios estruturantes do programa sociológico, sobretudo o princípio das relações causais, ao princípio diacrônico no conjunto metodológico que é aplicável ao tempo histórico, quando argumenta em seu ensaio:

Na medida em que sua determinação é operada do mais antigo para o mais recente, os fenômenos humanos se orientam, antes de tudo, por cadeias de fenômenos semelhantes. Classificá-los por gêneros é, portanto, desvelar linhas de força de uma eficácia capital [...] Resumindo tudo, as causas, em história, como em outros domínios [conexos], não são postuladas. São buscadas.¹⁴

Observe-se que Bloch aprofunda o paradigma da objetividade transmitido pela tradição sociológica ao acrescentar-lhe outro componente de natureza técnica, qual seja, o procedimento de raciocínio crítico, cuja função consiste em identificar, questionar e explicar as razões da falsificação ou embuste ideológico que é perceptível no léxico da documentação pesquisada. Não obstante, é possível concluir acerca do fundamento objetivo da história social que foi erigido pelos historiadores *annalistes* nos anos 1930. Porque o princípio da objetividade científica, ao ser plasmado aos demais princípios do programa durkheimiano de pesquisa social, e ao ser acrescido de regras metodológicas próprias à ciência histórica – o que acelerou o processo de renovação culminante na história social das ideias – implicou imediatamente um conjunto de críticas técnicas que foram dirigidas, para além de outros campos, ao fundamento ontológico estatuído por Arthur Lovejoy à perspectiva de análise da história das ideias.

Portanto, as práticas de pesquisa e escritura da história social das ideias, que também foi designada posteriormente em França de história das mentalidades ou história sociocultural, acontecerão com efetividade somente a partir dos anos 1960. No entanto, a construção do debate intelectual, a postulação da crítica e a renovação epistemológica que apartou estes

¹⁴ *Idem*, p. 130-159.

domínios ocorreram com efetividade durante o período entreguerras mundiais do século XX.

¹⁵ Trata-se de um processo histórico de renovação que será examinado logo a seguir.

Da teoria ontológica à teoria da história: aspectos da crítica de Lucien Febvre

De acordo com Roger Chartier (1990), o período entreguerras do século passado inscreve-se como o ponto de partida preciso para a compreensão do que Lucien Febvre pensava como deveria ser executada a pesquisa em história intelectual e das ideias. Pode-se argumentar de início que, para Febvre, os historiadores do movimento intelectual deveriam partir do objetivo de identificar “a originalidade, irreduzível a qualquer definição *a priori*, de cada sistema de pensamento, na sua complexidade e nas suas mudanças”. ¹⁶

Febvre, já mesmo em seus textos de juventude, indicava o meio de analisar a relação do pensamento, das ideias e das ideologias com a realidade social com delimitação no tempo e no espaço. Mais ainda, preconizava o processo de encarnação das ideias no contexto das instituições político-sociais, ao analisar historicamente os movimentos intelectuais na condição de fenômenos de produção, circulação e materialização de ideias derivadas da criação intelectual, de modo que demonstra a função proeminente do pensamento sistemático no rastro da experiência histórica.

Ao proceder desse modo, Febvre estava afirmando sua pretensão de romper com toda uma tradição de história intelectual que subsistia na França de sua época. Sua crítica implicou a determinação dos métodos de análise histórica que tomam por modelo a descrição dos fatos de mentalidade, e que são idênticos aos que foram categorizados pelos sociólogos seguidores da tradição durkheimiana.

Seus textos de pesquisa e crítica histórica foram publicados primeiramente na *Revue de Synthèse Historique* antes mesmo de 1914. Constituem textos de juventude intelectual, mas que formam um *corpus* orgânico de crítica contra os métodos de interpretação filosófica que desconsideram a dependência, por antítese à autonomia, dos sistemas de pensamento aos três condicionamentos constitutivos do processo histórico: o tempo, o espaço e a cultura. Com efeito, de 1914 a 1945 Febvre publicou textos que sistematizam uma unidade de crítica que implicaram a reivindicação de mudanças na base heurística da pesquisa historiográfica. Aprender alguns aspectos desta unidade, bem como suas implicações sobre o debate

¹⁵ CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. In: _____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

¹⁶ *Idem*, p. 33.

intelectual que foi estabelecido pelos historiadores *annalistes*, é o objetivo desta parte do exame.

Certamente, o período de tempo que foi delimitado como ponto de partida da análise coincide com o movimento de expansão da hegemonia – nos anos 1930, intelectualmente, a partir de 1945, institucionalmente –, do projeto francês de reforma da ciência histórica, o qual já foi sumariamente apresentado neste texto. À maneira de Durkheim, Febvre também buscou dissociar a disciplina histórica (isto é, sua teoria e metodologia) das doutrinas filosóficas que privilegiavam o ponto de vista da transcendência voluntária da criação intelectual às múltiplas dimensões da existência coletiva. Analogamente ao modo de elaboração teórica de M. Bloch, isto é, o modo de inspiração e anexação dos princípios da matriz durkheimiana de pesquisa social, Febvre também procedeu, em primeiro lugar, com a dissociação entre teoria da história e filosofia da história, para posteriormente proceder com a anexação das concepções oriundas das novas especialidades que eram desenvolvidas e se proliferavam nos espaços acadêmicos do saber de seu tempo.

Segundo Fernando da Silva (2005), esta política de anexação privilegiou os domínios da Sociologia, da Antropologia, da Geografia e da Economia, o que resultou na postulação de uma “história total”, quer dizer, “história das estruturas sociais e econômicas”, de modo a inserir os sistemas de valores (ou culturas), os sistemas de crença (ou mentalidades) e os sistemas de pensamento (ou ideários) na práxis coesa destas estruturas. Posto isto, torna-se oportuno indagar: Qual é a relação do contexto de fundação da história social com o objeto do debate intelectual em torno das doutrinas filosóficas estudadas por Arthur Lovejoy?

Rigorosamente, considera-se esta questão como central para se pensar o processo de renovação epistemológica que culminou na história social das ideias, porque é possível identificar a ocorrência, nesse exato momento, de uma disputa por hegemonia no campo intelectual.

O debate intelectual que está em questão estende-se a uma disputa por hegemonia institucional entre concepções teóricas divergentes, sendo que ambas efetuam intencionalmente a dicotomização da realidade – o mundo das ideias – sobre a qual se debruçam. Tais concepções se consubstanciaram em perspectivas de análise que se opunham reciprocamente: uma contextual e estrutural; outra intertextual e ontológica. Com efeito, Febvre prescrevia os métodos de análise crítica que partissem da categoria de “estruturas do pensamento” ou de “utensílagens mentais” que estão disponíveis em determinado tempo histórico, e que são providas pelo ritmo de mudanças nas representações coletivas, porém

sendo entendidas “contra um evolucionismo ingênuo, [isto é,] que não existe um progresso contínuo e necessário (definido como uma passagem do simples ao complexo) na sucessão das diferentes utensilagens mentais”.¹⁷ Com efeito, tais estruturas são suscetíveis de análise histórica diacrônica.

Observe-se, ademais, que este postulado teórico diverge diametralmente do fundamento das ideias-unidade atribuído por A. Lovejoy às pesquisas em história das ideias. Nesse sentido, Febvre contesta clara e diretamente a atribuição da criação intelectual unicamente à capacidade de cognição do indivíduo “excepcional”; contesta, portanto, sua autonomia em relação ao tempo histórico, às representações sociais e às utensilagens mentais de determinada civilização. Portanto, no curso do período entre-guerras estava constituída a antinomia entre argumentos derivados de concepções teóricas divergentes.

Concluindo, observe-se que o conjunto desta concepção teórica de história das ideias, incluindo suas perspectivas de análise intertextual e ontológica, constitui uma antinomia contra as intenções dos historiadores *annalistes* ao postularem as regras metodológicas da pesquisa histórica, cuja natureza deriva, como já se assinalou, do programa funcionalista de Durkheim projetado sobre a pesquisa social. Por decorrência desta circunstância, tal concepção enfrentou um processo de avaliação crítica no momento mesmo de sua postulação, o que rapidamente implicou o questionamento quanto ao suposto caráter autônomo da indagação filosófica perante as demandas materiais e científicas da realidade social. A partir deste momento da história da historiografia, esta concepção teórica tradicional passará a ser desqualificada como pura abstração ontológica esvaziada de sentido pragmático para os rumos da civilização, isto porque Arthur Lovejoy não se interessou por efetivá-la de modo utilitário como conhecimento científico que esteja disponível às demandas das sociedades contemporâneas.

O problema da relação entre o conteúdo racional e a função política das ideias

Diante das nuances deste processo de renovação epistemológica do campo científico que implicou o embate entre perspectivas antagônicas, o único consenso completamente estabelecido entre todas as concepções teóricas refere-se a uma característica indissociável das ideias: seu conteúdo racional guarda relação direta com a experiência humana no tempo. Nesse sentido, até mesmo a concepção ontológica de Lovejoy pressupõe a veracidade da

¹⁷ CHARTIER, Roger. *Op. cit.*, p. 37.

relação existente entre a racionalidade e o comportamento do indivíduo, embora não reconheça a vulnerabilidade do conhecimento racional, seja puro ou prático, aos interesses das classes sociais.

Em contraste, a história social juntamente com a sociologia do conhecimento consolidaram-se como tradições pioneiras na assimilação do problema quanto à utilidade do conhecimento ao exercerem a reforma científica dos campos historiográfico e sociológico. Desde então, K. Mannheim atribuiu um significado ainda mais político ao conteúdo das ideias, transfigurando-lhe em ideologia, ao entender que constituem a força motriz do processo histórico.

Lucien Goldmann, por seu turno, vincula a criação do intelectual à consciência de classe ao afirmar que a significação de um texto filosófico ou literário só adquire inteligibilidade quando é analisado do ponto de vista da ocorrência de conflitos sociais, o que geraria a demanda pela crítica ou defesa de interesses materiais das frações de classe a partir da visão de mundo dos intelectuais que partilham dessa hierarquia de interesses.

É, portanto, plausível concluir que esse problema teórico consiste, na realidade, em uma questão de gradação da utilidade que é atribuída ao conteúdo das ideias pelas diversas concepções teóricas, o que significa que cada escola formula, à sua maneira, um entendimento epistêmico, que é derivado de uma intenção consciente, ao problema da utilidade do conhecimento racional disponível aos interesses das classes sociais.

Porque conferem propriedades teórico-metodológicas ao campo renovado da história social das ideias, optou-se por examinar, comparativamente, duas abordagens que restaram do problema acima descrito. O objetivo é aferir em que medida as abordagens materialista e cognitiva convergem no tratamento da questão utilitária referente ao conhecimento, bem como diagnosticar em qual ponto específico tais abordagens começam a divergir. Com isto, pretende-se apontar os métodos de investigação estabelecidos especificamente por cada abordagem.

A abordagem materialista do problema

Lucien Goldmann entende que a experiência humana tem sempre o caráter de estruturas significativas cujas etapas interdependentes de compreensão e explicação só podem ser desenvolvidas pelos historiadores intelectuais mediante um estudo sistemático que se detenha na determinação do tempo histórico posto sob exame crítico. Nesse sentido, o

instrumento analítico adequado à metodologia investigativa dessa totalidade humana só pode se efetivar por meio da *conceitualização dialética*, que consiste na integração recíproca das partes argumentativas ao todo das significações, as quais podem ser tanto subjetivas, logo oriundas da interpretação do autor, como objetivas e, por conseguinte, politicamente úteis.

Este instrumental analítico pretendia se inserir como medida de solução ao problema do conflito de interpretações existente no campo historiográfico, pois seria capaz de produzir uma síntese que contribuiria para a elucidação dos fatos empíricos da realidade histórica. Portanto, as partes, ou seja, os argumentos, juntamente com o todo, que é, precisamente, um problema historiográfico correspondente a uma realidade delimitada no tempo e no espaço, formam uma unidade orgânica de verdades que são mutáveis de acordo com o estágio da investigação científica. Essa unidade orgânica garante a produção de sentido na explicação. A partir da reunião desses procedimentos torna-se possível compor a abordagem materialista.

Outro complemento da metodologia goldmanniana consiste em distinguir do conjunto da obra de um autor aqueles textos que são essenciais e aqueles que são acidentais, mero produto do acaso. Valendo-se da trajetória da recepção dessas obras, é possível distinguir nelas o que há de essencial e o que há de acessório. Por sua vez, o método oriundo da conceitualização dialética deveria privilegiar os textos essenciais de um autor, aqueles que efetivamente contêm coerência interna e que causaram implicações na realidade social. Trata-se do parâmetro final para aferir entre o essencial e o acessório no conjunto de textos de um intelectual.

A categoria de “visão de mundo” é tributária de outra categoria, a saber, “máximo de consciência possível”. Quando são conjugadas, elas permitem compreender o sentido do pensamento de um autor em dada conjuntura política. Mais ainda, admitem a existência de uma realidade em que o autor está inserido e, ao estar nesta condição, pode defendê-la ou questioná-la por meio de suas obras. As categorias constituem, portanto, um instrumento objetivo e controlável de investigação no campo das Ciências Humanas, pois jamais se desvinculam da causalidade da práxis social e das aspirações que ela acarreta. “Una concepción del mundo es precisamente este conjunto de aspiraciones, sentimientos y ideas que reúne a los miembros de un grupo (o lo que es más frecuente, de una clase social) y los opone a los demás grupos.”¹⁸

¹⁸ GOLDMANN, Lucien. El todo e las partes. In: _____. *El hombre e lo absoluto, El dios oculto*. 2ª ed. Barcelona: Ediciones Península, 1985, p. 29.

Pode-se argumentar que a categoria de “visão de mundo” focaliza o conflito social por via das estruturas de dominação das classes “subalternas” pelas classes “hegemônicas”, de modo a inserir os estilos de linguagem e de retórica, os textos e o pensamento de seus autores no horizonte da práxis socioeconômica de caráter hierarquizado. Nesse sentido, a significação da produção intelectual de um autor adquire cada vez mais inteligibilidade na medida em que é problematizada com referência à estrutura mais complexa: o conjunto da sociedade segmentada por classes, e que é plenamente suscetível da eclosão de acontecimentos e rupturas com a experiência passada, a exemplo das revoluções, sejam capitalistas ou socialistas.

A categoria de “estruturas significativas” pode ser explicada como um conjunto de ideias fundadas na vida social, econômica e discursiva (ou ideológica) de um grupo mais ou menos homogêneo e ordenado em torno de uma consciência de classe. As estruturas significativas ocorrem a partir de situações concretas, sociais e econômicas. Onde determinado autor “excepcional” agir potencializando uma visão de mundo que se encontrava dispersa e amorfa, passando a representar e a reivindicar, após esse esforço de reflexão, o conjunto de interesses da classe social a que pertence. Com efeito, a visão de mundo deste autor passa a constituir a expressão síntese de uma conjuntura (política, econômica, ideológica) historicamente determinada. Esta visão se rearticula as estruturas significativas pretendendo propagar o fenômeno da consciência política. É performativa porque ideológica. Trata-se, pois, do significado objetivo de uma obra-prima que visa negociar interesses com os demais agentes do poder político.

Finalmente, a conceitualização dialética deve indagar pelas razões que fazem com que determinada visão de mundo se expresse com maior clareza conceitual nesta ou naquela obra, neste ou naquele lugar e neste ou naquele tempo, pois a função e a implicação das obras-primas mudam de acordo com as circunstâncias políticas de determinada conjuntura histórica.

Para concluir, observe-se que esta metodologia enquadra-se numa espécie de história intelectual que é complementada, como o próprio Goldmann afirma, por uma sociologia dos intelectuais, o que resultou num tipo de abordagem de história social das ideias cujo escrutínio privilegia documentos literários e filosóficos. É a proposição de uma abordagem que foi bem recebida pelos *Annales*.¹⁹ No entanto, é importante observar que seu enfoque – os sistemas ideológicos e os projetos de poder que emanam do campo intelectual –, efetua uma profunda simplificação da realidade imediata ao visar sua explicação do ponto de vista

¹⁹ CHARTIER, Roger. *Op. cit.*

puramente conflituoso, de modo a ignorar a multiplicidade de aspectos conciliadores desta mesma realidade.

A abordagem cognitiva do problema

A importância do conhecimento social cresce na razão da crescente necessidade de intervenção reguladora do processo social [...] As crises não são superadas por umas poucas, nervosas e apressadas tentativas de suprimir os problemas incômodos recentemente surgidos nem pelo refúgio num passado morto. A saída será encontrada pela gradativa ampliação e aprofundamento de intuições recentemente conquistadas e através de cautelosos avanços em direção ao controle (Karl Mannheim, *Ideologia e utopia*, 1976).

“Ideologia e utopia” é uma obra a um só tempo densa e extensa. Concebida num contexto de crise de valores do Estado alemão com a ascensão do nazismo, esta obra propõe-se a prescrever sociologicamente resoluções a problemas inseridos em distintos níveis, que se referiam tanto à epistemologia das ciências sociais quanto ao papel desempenhado pela *intelligentsia* no processo de modernização da sociedade alemã. Diante desta abrangência de objetivos de alta complexidade constante do texto, o que importa extrair dele é teoria da ideologia que desenvolve, para comparar a concepção teórica de Mannheim com a concepção teórica de Goldmann acerca do problema da função do pensamento no interior das sociedades contemporâneas. Trata-se de um problema que também interessa às discussões no campo historiográfico, sobretudo quando se considera a relevância das perspectivas interdisciplinares.

Em primeiro lugar, cumpre afirmar que Mannheim entende que a volição do indivíduo engendra sua ação. As intenções básicas dos grupos em que o indivíduo está inserido condicionam imperativamente seus modos de ser e seus modos de pensar. Nesse sentido, ambos concordam que a existência coletiva é o fator determinante dos limites e das possibilidades da consciência individual, incluindo as ideias derivadas da criação intelectual da *intelligentsia*.

As ideias, para Mannheim, significam um quadro de referências historicamente construído: tornam-se incompreensíveis quando são desconectadas dos contextos ideológicos que seguem a estrutura social na qual foram inicialmente concebidas. Neste segundo ponto específico também ocorre convergência entre as concepções teóricas dos autores, precisamente porque ambos definem as categorias do pensamento como instrumento político cuja função é estabelecer as diretrizes da ação coletiva. Assim, Goldmann e Mannheim

consideram que o pensamento deve funcionar na ordem pública como instrumento de ação coletiva, vale dizer, deve servir aos grupos sociais que buscam compreender e intervir na realidade que os cinge.

No entanto, por Mannheim não admitir a existência da totalidade exclusiva de um estilo de pensamento no processo constitutivo das estruturas sociais em nível global, produz-se um ponto de atrito fundamental entre as concepções. Para o autor, o capitalismo não demonstra ser o elemento total que intervém unilateralmente na formação e na condução do processo histórico. Ao contrário, é o conflito de ideias o que constitui a força motriz dos processos históricos. E, sendo assim, o ponto fundamental de divergência entre as duas concepções reside na teoria da ideologia que desenvolvem. Certamente, Mannheim não opera com os conceitos marxistas e gramscinianos, respectivamente, de “luta de classes” e de “hegemonia”.

Sua teoria entende que a ideologia é um conceito que contém significados diferentes: o significado particular e o significado total. O significado particular de ideologia compreende o ceticismo de uma classe relativamente às ideias e às representações apresentadas por outra classe antagônica. Geralmente associada à tradição marxista, este significado implica acreditar que a ideologia da classe dominante tende a se difundir amplamente por meio dos processos – a um só tempo coercitivos e predatórios da liberdade do indivíduo – de produção e acumulação do capital. No entanto, Mannheim aprofunda a significação total do conceito de ideologia, cuja definição diferente desta se evidencia quando é confrontada com o significado particular oriundo da tradição marxista.

O significado total de ideologia que Mannheim desenvolve difere virtualmente do significado materialista de Goldman: não se alicerça na luta de classes, mas no reconhecimento positivo da alteridade. Este significado total compreende a inserção da experiência dos diferentes grupos sociais nos estilos de pensamento que estão disponíveis em determinado tempo e espaço. Consiste, especificamente, nas ideologias de uma situação na qual os grupos sociais são historicamente determinados. Isto significa que, para Mannheim, a totalidade compreende as visões de mundo como decorrentes dos padrões de comportamento que se formam não necessariamente mediante o conflito social, mas mediante as lutas pelo reconhecimento da alteridade que cinge a toda e qualquer sociedade. A esse respeito, o autor argumenta:

Com a concepção total da ideologia, a questão é diferente. Quando a uma época histórica atribuímos um mundo intelectual e a nós mesmos atribuímos outro, ou

quando certos estratos sociais, historicamente determinados, pensos com categorias diferentes das nossas, não nos estão referindo a casos isolados de conteúdos de pensamento, mas a modos de experiência e interpretação amplamente diferentes e a sistemas de pensamento fundamentalmente divergentes.²⁰

Sua concepção teórica aprimora a definição pluralista de pensamento. Assinala, por conseguinte, as diferenças substantivas nos modos de experiência relativos aos grupos sociais ao operarem em situações sociais idênticas. É, portanto, por decorrência de todo esse conflito interpretativo que sua teoria da ideologia diverge da teoria de Goldmann, ademais porque sua preocupação fundamental reside em consolidar um modelo inteiramente diferente de apreensão do “real”, o qual se interessa por perscrutar o processo de expansão do conhecimento nos estratos da sociedade por meio do desenvolvimento da educação. Nesse sentido, convém realçar a apreciação crítica de Mannheim ao argumento marxista da monocausalidade do capital:

A totalidade, no sentido em que a concebemos, não é uma visão da realidade imediata e eternamente válida, somente atribuível a olhos divinos. Não se trata de um horizonte estável e autodelimitado. Ao contrário, uma visão total implica tanto a assimilação quanto a transcendência das limitações dos pontos de vista particulares. Representa o contínuo processo de expansão do conhecimento, possuindo como objetivo não atingir uma conclusão válida supratemporalmente, mas a extensão mais ampla possível de nosso horizonte de visão.²¹

As visões de mundo são tributárias da diversidade existente dentre os sujeitos sociais, e não é o simples resultado de adesões meramente inconscientes das classes dominadas à visão de mundo hegemônica que é imposta pela classe dominante: trata-se, enfim, da síntese de uma teoria da ideologia com a qual a nova historiografia das ideias pode operar.

A consolidação da história social das ideias

No longo percurso deste processo de renovação do campo científico verifica-se que a perspectiva ontológica no estudo das ideias-unidade foi percebida assim, como abstrata. Os integrantes do movimento dos *Annales* persistiram no combate a uma modalidade de história das ideias “desencarnadas”.²² Ao proceder desse modo, os historiadores sociais pretendiam efetuar, na realidade, a desqualificação da abordagem tradicional para abrirem um novo

²⁰ *Idem*, p. 83.

²¹ *Ibidem*, p. 132.

²² FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. 3ª edição. Lisboa: Presença, 1989.

espaço de pesquisa que pudessem ocupar hegemonicamente no interior do cenário intelectual europeu. Não obstante a disputa por hegemonia institucional, a tradição dos *Annales* revolucionou o paradigma e o fundamento da história das ideias ao inseri-los na esteira da matriz durkheimiana, convertendo o objeto primário do novo domínio ao estudo do “mental coletivo”.²³

Para Bloch e Febvre, o conteúdo do pensamento, embora seja enunciado repetitivamente ao nível da consciência do indivíduo, são condicionados coletivamente por meio da partilha de um mesmo sistema de valores em comum na sociedade. Desse modo, o que importaria perscrutar refere-se aos conflitos e aos consensos do pensamento relativamente à realidade social. A história social das ideias mantém, portanto, sua premissa teórica básica quanto à relação de interdependência entre o repertório de ideias individuais e o mundo social.

Nos anos 1960 o campo renovado se consolidava institucionalmente em muitos países, tais como França e Estados Unidos. Como vimos, esta consolidação ocorreu como resultado de diversos debates e questionamentos entre tradições intelectuais distintas. Sua consolidação de fôlego nestes países é tributária do esforço cooperado de muitos especialistas. Chartier e Bourdieu, por exemplo, praticaram um tipo culturalista de abordagem que inclui as representações e as mentalidades. De outro modo, os praticantes da abordagem macroestrutural são, por exemplo, E. P. Thompson, Eric Hobsbawm, Nicos Poulantzas, Louis Althusser e Lucien Goldmann. Os praticantes da abordagem culturalista podem ser apontados tais como Michel de Certeau, Clifford Geertz e Marshall Sahlins. Há os praticantes da abordagem cognitiva, que são Karl Mannheim e Norbert Elias.

Todo esse processo de avaliação crítica obteve resultados positivos, pois buscava aperfeiçoar as perspectivas de análise de textos produzidos em múltiplos campos. Os especialistas preconizaram o emprego de perspectivas pluralistas capazes de se intercambiar no grande conjunto de regras da análise histórica. Nesse sentido, a história social das ideias permaneceu (e ainda permanece) aberta ao estudo das ideias jurídicas, ideias políticas, ideias econômicas, ideias arquitetônicas ou urbanistas, ideias sociológicas, ideias linguísticas e ideias filosóficas, entre outros campos e acerca de diferentes aspectos, sejam materiais ou simbólicos.

²³ REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000

Referências bibliográficas

- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CASTRO, Hebe de. História Social. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CERTEAU, Michel de. As produções do lugar. In: _____. *A escrita da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. In: _____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.
- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 9ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978 (Biblioteca Universitária, 44).
- FALCON, Francisco. História das Idéias. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. 3ª ed. Lisboa: Presença, 1989.
- GOLDMANN, Lucien. El todo e las partes. In: _____. *El hombre y lo absoluto, El dios oculto*. 2ª edição. Barcelona: Ediciones Península, 1985.
- GOLDMANN, Lucien. Concepciones del mundo y clases sociales. In: _____. *El hombre y lo absoluto, El dios oculto*. 2ª ed. Barcelona: Ediciones Península, 1985.
- LOVEJOY, Arthur. *A grande cadeia do ser: estudo da história de uma idéia*. São Paulo: Palíndromo, 2005.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- NISBET, Robert. As idéias-unidade da sociologia. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SILVA, Fernando Teixeira da. História e ciências sociais: zonas de fronteira. *Revista de História*, São Paulo: Vol. 24, nº 1, p. 127-166, 2005.